

Missão impossível

FERNANDO OLINTO HENRIQUES FERNANDES

Nunca como agora foram expostas à opinião pública a construção perversa da rede de saúde e a história das calamidades na área da assistência médica pública que vêm desafiando a nossa lógica há anos e sempre ocupam as primeiras páginas dos jornais como se houvesse uma verdadeira conspiração, uma campanha de marketing invertida. Ao lado dos belíssimos anúncios da televisão que oferecem planos de saúde maravilhosos, vendendo a ilusão de hospitais cinco estrelas, helicópteros e tecnologia sofisticada para oferecer uma operação do seu cérebro, recebemos o terror dos noticiários abrindo os porões da Casa de Saúde Santa Genoveva, onde vegetavam centenas de idosos.

Morrem brasileiros em Caruaru presos a máquinas de hemodiálise que eram verdadeiras roletas-russas, porque simplesmente seus donos economizavam justamente no teste de qualidade da água. Morrem brasileiros na Santa Genoveva, porque os donos simplesmente economizavam na limpeza da caixa d'água. Estamos, todos, diante de um desafio. A missão impossível de reverter as graves deficiências existentes — os hospitais públicos sucateados, os profissionais mal pagos e desmotivados, as emergências superlotadas — e ainda oferecer assistência médica digna. A ação criminosa e perversa dos proprietários e administradores dos centros de genocídio institucionalizado ficará a cargo dos promotores e juizes, que não os deixarão dormir tranquilos por um bom tempo. Cabe à grande imprensa informar se realmente eles irão para algum presídio ou estarão em confortáveis celas de uma prisão especial. Cabe às autoridades responsáveis pela saúde pública fiscalizar, interditar as clínicas e recolher os vivos.

O nosso sistema autofágico e flácido vende a idéia de que hospital é a única solução para as mazelas da saúde. Chantagista, ele exige mais e mais dinheiro a cada dia, ou simplesmente fechará as portas ao SUS. Responsáveis pela falência do Estado que pune profundamente o povo brasileiro continuam impondo seus lobbies poderosos e desviando os recursos que deveriam estar nos hospitais públicos.

A solução para a vergonhosa situação existe e é a desospitalização dos doentes. Os velhinhos, banidos da cidadania, poderiam contar com um serviço melhor e moderno: o Serviço Estadual de Atendimento e Internação Domiciliar, que existe em São Paulo e em países como Alemanha, Holanda, Inglaterra, França. Os idosos têm o direito de receber a visita domiciliar de uma equipe médica completa e multidisciplinar, e de acordo com sua patologia esta visita pode variar de semanal a mensal. Lá, os velhinhos esperam a equipe em casa com bolo, café e um carinho enorme. Reintegrados em sua vida familiar e comunitária, a taxa de mortalidade é menor que em qualquer clínica de repouso ou asilo. O custo deste serviço é de 20% do custo de mantê-los hospitalizados para tomar diariamente um comprimido de vitamina C.

É hora de avaliar todos estes aspectos e seus reflexos para o futuro. Depende da vontade política de o Estado proporcionar o atendimento digno a estas pessoas que trabalharam, construíram, constituíram famílias, votaram e pagaram impostos por décadas. A elite, os administradores e os políticos só despertam para a vida miserável em que vive aquela gente ao se abrirem as portas do cemitério para receber os esquifes. A grande imprensa aguarda em posição privilegiada para imprimir as fotografias na primeira página. Chega de enganar o Brasil e pagar a clínicas que nada mais fazem do que preparar o réquiem. O povo quer seus direitos fundamentais, que são os direitos à liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião, mas principalmente o direito de estar vivo.

FERNANDO OLINTO HENRIQUES FERNANDES é médico e membro da organização Médicos Sem Fronteiras, pela qual já esteve em missões em Ruanda, Sri Lanka, Bósnia e Roraima (área Yanomâmi).



Uma saída para o setor

ARMANDO AMARAL

O noticiário dos últimos dias, envolvendo hospitais e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, impõe a necessidade de importantes reflexões sobre o atual quadro da assistência médico-hospitalar no país.

Não há nenhuma novidade na constatação de que o Estado brasileiro é incapaz de oferecer o atendimento médico-hospitalar adequado à população. Os investimentos insuficientes e mal geridos respondem pelos dez milhões de indivíduos sem acesso a qualquer tipo de assistência de saúde, pelas 1.750 construções de estabelecimentos interrompidas e pela queda do número de leitos hospitalares de 4,3 para cada mil habitantes, em 1982, para 3,7 para cada mil habitantes, em 1992.

Neste contexto, a agonia do SUS desponta como um dos fatores que mais contribuem para o colapso do sistema. É comum ouvir a expressão "buraco sem fundo" quando a saúde está em discussão.

A questão é que os problemas são enumerados sem que se procure identificar as soluções. O que fazer para tampar o buraco, para evitar o desperdício e para permitir à população o acesso a um sistema de saúde mais digno e mais racional?

Não é de hoje que se denuncia o descalabro da saúde. Há muito se procura chamar a atenção para as dificuldades enfrentadas. A penúria dos quase três mil hospitais particulares e 45 mil estabelecimentos prestadores de serviços é o retrato fiel do colapso do setor. Uma das saídas para as dificuldades, não há dúvida, está numa rede eficiente. Isso só será obtido com uma completa reformulação da saúde. Antes de mais nada, é preciso impedir que um médico continue a receber pouco mais de R\$ 2 por uma consulta. Também é aceitável que dez mi-

lhões de indivíduos permaneçam sem acesso a qualquer tipo de assistência de saúde. Ou que o Brasil continue a despendar apenas US\$ 80 *per capita* com a saúde (enquanto o Uruguai gasta em torno de US\$ 160, a Argentina US\$ 250 e os Estados Unidos US\$ 2,3 mil).

A situação é das mais graves no que se refere aos estabelecimentos conveniados do SUS. Há menos de dois anos, os prestadores de serviços privados eram responsáveis por 75% do serviço médico-hospitalar no Brasil. Atualmente são responsáveis por 37%. Daqueles 75%, 80% representavam assistência ambulatorial, que hoje atende em torno de 20%. A tendência de descredenciamento em mas-

sa do SUS se explica pelos constantes atrasos na remuneração pelos serviços prestados. A constatação se torna mais grave quando se sabe que os prestadores de serviços e hospitais privados respondem pelo atendimento a 120 milhões de brasileiros, além de empregarem mais de dois milhões de trabalhadores.

É preciso, evidentemente, reverter este quadro. O presidente Fernando Henrique Cardoso já se manifestou, reiteradas vezes, favoravelmente à criação da CPMF. Ela não constitui, todos sabemos, a solução definitiva para o setor. Mas significa, ao menos, uma saída para as dificuldades enfrentadas, independentemente de sua destinação. (Atualmente, a grande massa de recursos migra para o setor público.) Outra saída possível é o imposto sobre os lucros, concebido pelo atual ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Uma coisa é certa: há que viabilizar o aporte de novos recursos para a saúde, sob pena de agravar ainda mais as dificuldades.

Como já se disse, é muito fácil apontar as mazelas do setor. Elas estão evidentes, diante de nossos olhos. O difícil é encontrar as soluções, independentemente de correntes ideológicas ou político-partidárias. O que não se pode admitir é que as coisas continuem como estão. A população precisa de um atendimento médico-hospitalar condigno. E os profissionais da saúde precisam de condições adequadas para oferecer este atendimento. Não é outro o nosso desejo.

ARMANDO AMARAL é presidente da Associação de Hospitais da Cidade do Rio de Janeiro (AHCRJ).

É preciso impedir que um médico receba R\$ 2 por consulta